

MENSAGEM Nº 1.475

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Chipre.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 13 de novembro de 2024.

Brasília, 11 de Novembro de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil na República de Chipre, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **EDUARDO AUGUSTO IBIAPINA DE SEIXAS**, será removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1666/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Chipre.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 21/11/2024, às 19:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6244683** e o código CRC **803CDB95** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE **ANA MARIA DE SOUZA BIERRENBACH**

CPF: [Informações pessoais](#)

ID.: [Informações pessoais](#)

1966 Filha de [Informações pessoais](#), nasce em São Paulo, SP, em 15 de outubro

Dados Acadêmicos:

1988 Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo
1989 Bacharel em História pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
1993 Curso de Preparação à Carreira Diplomática, Instituto Rio Branco
2001 Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, Instituto Rio Branco
2010 Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, tese "O Conceito de Responsabilidade de Proteger e o Direito Internacional Humanitário"
2019 Mestre em Direito (LLM - "International Legal Studies") pela American University, Washington, D.C., com especialização em Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário

Cargos:

1993 Terceira-secretária
1998 Segunda-secretária
2002 Primeira-secretária
2006 Conselheira
2011 Ministra de segunda classe
2023 Ministra de primeira classe

Funções:

1993-96 Divisão das Nações Unidas, assistente
1996 Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais, assistente
1996-97 Divisão de Direitos Humanos, assistente
1997-2001 Embaixada em Roma, terceira-secretária e segunda-secretária
2001-04 Embaixada em Montevideú, segunda-secretária e primeira-secretária
2004-05 Departamento das Américas do Norte, Central e Caribe, assistente
2005-08 Subsecretaria-Geral Política, assessora técnica
2008-11 Missão junto à Organização dos Estados Americanos, em Washington, conselheira
2011 Departamento de Imigração e Assuntos Jurídicos, coordenadora
2011-15 Divisão de Atos Internacionais, chefe
2015-18 Embaixada em Londres, ministra-conselheira e encarregada de negócios
2018-21 Representação Permanente junto aos Organismos Internacionais sediados em Londres, ministra-conselheira
2021 Divisão de Documentos e Atos Consulares, assistente

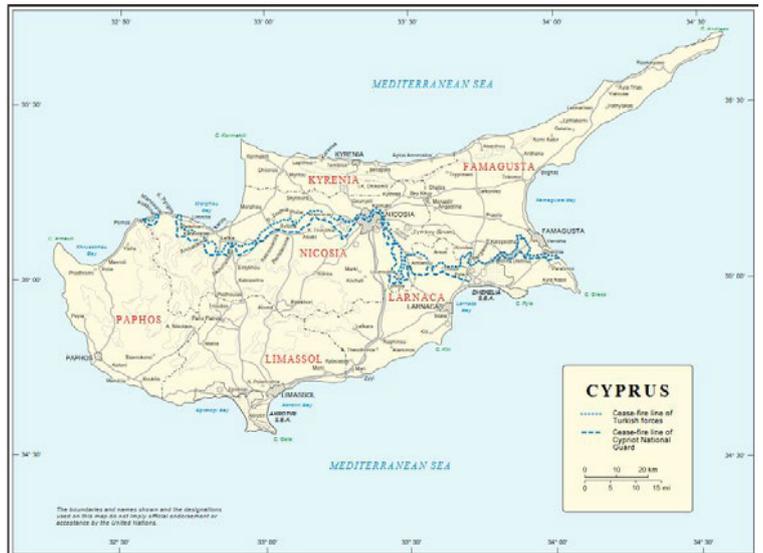
2021-22 Secretaria de Comunicação e Cultura, chefe de gabinete
2022- Coordenação-Geral de Mecanismos Inter-Regionais (CGBRICS), coordenadora-geral

Condecorações

2001 Ordem do Mérito da República Italiana, Cavaleiro
2017 Medalha Mérito Santos Dumont
2023 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

REPÚBLICA DE CHIPRE



Informação Ostensiva
Novembro 2024

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL:	República de Chipre
GENTÍLICO:	Cipriota
CAPITAL:	Nicósia
ÁREA:	9.251 km ² (dentre os quais 3.355 km ² da não reconhecida "República Turca do Norte de Chipre" e 254 km ² de bases militares britânicas)
POPULAÇÃO (2022):	1,251,488
LÍNGUA OFICIAL:	Grego e turco
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Cristãos ortodoxos (89.1%); católicos (2.9%); protestantes/anglicanos (2%); muçulmanos (1.8%); outras religiões (3,4%).
SISTEMA DE GOVERNO:	Presidencial
PODER LEGISLATIVO:	<i>Vouli Antiprosopon</i> (Câmara dos Representantes): parlamento unicameral, composto por 80 membros, eleitos para mandatos de 5 anos. (Obs: embora a Constituição cipriota tenha designado 24 assentos para a comunidade turco-cipriota, esses assentos encontram-se vazios em decorrência da repartição de fato da ilha desde 1974).
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO:	Presidente Nikos Christodoulides (desde 28/2/2023)
CHANCELER:	Dr. Constantinos Kombos (desde 1º/3/2023)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2023):	US\$ 32,19 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2023):	US\$ 51,45 bilhões
PIB PER CAPITA (2023)	US\$ 37,15 mil
PIB PPP PER CAPITA (2023)	US\$ 55,88 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,5% (2023); 5,6% (2022); 6,6% (2021); -5,1% (2020); 3,1% (2019); 4,1% (2018); 4,4% (2017); 6,7% (2016); 3,4% (2015)
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2021):	0,896 (29º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2022):	81 anos
ALFABETIZAÇÃO (2016):	99,82%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2023):	6,1%
UNIDADE MONETÁRIA:	Euro (desde janeiro de 2008)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Vasilios Philippou (17/11/2023)
EMBAIXADOR EM NICÓSIA:	Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas (12/2/2020)
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há cerca de 230 brasileiros residindo em todo o país, notadamente nas quatro maiores cidades do país (Nicósia, Limassol, Larnaca e Pafos) e na parte norte de Chipre (Famagusta e Kyrenia).

Comércio Bilateral (US\$ milhões)						
Brasil → Chipre	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	267,89	78,2	59,6	70	105	240
Exportações	266,24	74,5	56,7	66,5	102	238

Importações	1,65	3,7	2,9	3,46	2,65	2
Saldo	264,60	70,8	53,8	63,1	99,3	236
APRESENTAÇÃO						

Localizada no extremo leste do Mar Mediterrâneo, a ilha de Chipre repousa na interseção de três continentes: a Europa (do qual oficialmente faz parte), a Ásia e a África. Em virtude de sua localização, a ilha sempre foi considerada um território estrategicamente importante. Está a cerca de 75 km da Turquia (ao norte); a 105 km da Síria e do Líbano (a leste); a 280 km da ilha grega de Castellorizo (a oeste); e a 350 km da costa egípcia (ao sul). A República de Chipre obteve sua independência em 1960 e ingressou na União Europeia (UE) em 2004. Estima-se que, em 2022, a população em Chipre totalizava 1,251 milhões de pessoas.

A ilha de Chipre possui área total de 9,251 km², mas há uma particularidade: a ilha encontra-se dividida, desde 1974, quando houve intervenção militar da Turquia, sob o argumento de proteger a comunidade turco-cipriota que habita o norte da ilha. Em 1983, o norte da ilha declarou unilateralmente sua independência sob a autoproclamada denominação “República Turca do Norte de Chipre”, entidade que não é reconhecida por nenhum país, à exceção da Turquia, e que foi tornada ilegal por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas. As negociações do que se convencionou chamar “Questão Cipriota” receberam grande impulso em 2017, sob os auspícios das Nações Unidas, mas não chegaram a alcançar solução que atendesse aos interesses dos greco-cipriotas e turco-cipriotas, ademais de outros atores que acompanham a questão como Grécia e Turquia.

Na ausência de acordo político as duas comunidades, mantém-se na ilha, desde 1964, a Força das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), cujo mandato, que vem sendo estendido desde então pela ONU, é supervisionar as linhas de cessar-fogo, manter “zona-tampão”, prestar assistência humanitária e apoiar os bons ofícios do Secretário-geral das Nações Unidas. O efetivo da Força tem sido mantido em torno de 1.000 militares. Em 30/01/2024, o mandato da UNFICYP foi renovado pelo CSNU, com apoio unânime de todos os membros, até 31/01/2025.

Em relação ao diferendo intercomunitário na ilha, o Brasil adota política de equilíbrio: defende que seja a Questão Cipriota tratada nos moldes estabelecidos pelas Nações Unidas, cujos parâmetros básicos são o

respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, bem como a busca de uma solução pacífica e satisfatória para as duas comunidades. Além disso, o Brasil apoia todos os esforços multilaterais para resolver a questão de Chipre, inclusive a continuidade da Força das Nações Unidas de Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP), com a qual o país contribui anualmente com um observador militar.

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nikos Christodoulides
Presidente da República de Chipre



Nikos Christodoulides, Presidente da República de Chipre, nasceu em Geroskipou, Paphos, em 1973 e é o primeiro líder da ilha a nascer em um Chipre independente. Especializou-se em Ciência Política, Economia, Estudos Bizantinos e Gregos Modernos pela Universidade Queens College (1997) e possui pós-graduação em Estudos Diplomáticos pela Academia Mediterrânea de Estudos Diplomáticos (MEDAC), da Universidade de Malta. Ingressou na carreira diplomática em 1999. Diplomata de carreira, atuou como Ministro das Relações Exteriores de 2018 a 2022 e Porta-voz do Governo de 2014 a 2018, sob o presidente Nicos Anastasiades. Renunciou ao cargo de MRE em 2022 para concorrer na eleição presidencial cipriota de 2023, quando derrotou Andreas Mavroyiannis no segundo turno e assumiu o cargo em 28 de fevereiro de 2023.

Annita Demetriou
Presidente da Câmara dos Representantes



Annita Demetriou nasceu 1985 em Troulli, formou em ciências sociais e políticas pela Universidade de Chipre em 2007 e tem mestrado em relações internacionais e estudos europeus pela Universidade de Kent. É presidente da Câmara dos Representantes cipriota desde junho de 2021 e presidente da Aliança Democrática (DISY), partido de orientação conservadora, desde março de 2023, o que a torna líder da oposição ao atual Governo de Christodoulides. É a primeira mulher e a pessoa mais jovem a ocupar o cargo. Demetriou foi vice-presidente da Comissão Parlamentar para a Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres e da Comissão Parlamentar para a Educação e Cultura. Em 2018, ela foi porta-voz de Nicos Anastasiades durante sua campanha à presidência. Em julho de 2020, ela trabalhou com o deputado do AKEL, Skevi Koukouma, para promulgar legislação que criminalizasse o sexismo e a discriminação contra as mulheres.

Constantinos Kombos

Ministro dos Negócios Estrangeiros da República de Chipre



Constantinos Kombos nasceu em 1976 em Lemesos. Estudou Direito e possui pós-graduação em Direito da UE (LLM University of Cambridge) e PhD em Direito Constitucional Europeu (PhD University of Hull). Foi nomeado membro do Conselho de Juizes da Suprema Corte e membro da equipe de negociação da Questão Cipriota em 2014, tendo participado de todos os estágios e níveis do processo de negociação (Genebra I, Crans-Montana, Genebra II). É membro fundador do Departamento de Direito da Universidade de Chipre. É autor de 6 livros e inúmeros artigos e capítulos em revistas científicas e volumes coletivos.

RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Chipre mantêm relações diplomáticas desde 1966. A partir de então, as Embaixadas do Brasil em Tel Aviv e do Chipre em Lisboa passaram a ser responsáveis pelas relações dos dois países. Com o propósito de intensificar o diálogo e de expandir as relações econômicas e comerciais, os dois países decidiram estabelecer Embaixadas residentes: a criação oficial da Embaixada da República de Chipre em Brasília ocorreu em 4 de agosto de 2009; a Embaixada do Brasil em Nicósia foi criada em janeiro de 2010. Cabe assinalar que, dentre os países latino-americanos, apenas Brasil e Cuba têm embaixadores residentes em Chipre. Por seu lado, a República de Chipre mantém embaixadores residentes no Brasil e em Cuba e, a partir deste ano, na Argentina.

Prevalece em Chipre a percepção do Brasil como país emergente e amistoso. Em razão da inserção tradicional da elite econômica do país no comércio internacional, seja pelo setor de transporte marítimo, seja pela oferta de serviços financeiros e de vantagens fiscais para instalação de empresas estrangeiras, há atenção especial da mídia para países "emergentes", identificados com possibilidades de expansão dos negócios.

Entrou em vigor, em 28/05/2010, Memorando de Entendimento para o estabelecimento de mecanismo de Consultas Políticas bilaterais que prevê a realização de consultas políticas a cada dois anos, alternadamente, nas capitais de cada um dos países. Até o presente, no entanto, não foram realizadas atividades no âmbito do referido instrumento bilateral.

Comércio bilateral

O comércio entre Brasil e Chipre vinha apresentando taxas relativamente constantes de crescimento, particularmente entre 2004 e 2008. No entanto, a crise financeira mundial, assim como a crise econômico-financeira de Chipre (2012-2013), causaram significativa diminuição dos níveis de bilaterais comércio.

Em 2018, o intercâmbio comercial registrou recorde histórico de US\$ 266,2 milhões – composto quase integralmente por exportações brasileiras. Em 2019, o intercâmbio bilateral voltou a cair, somando US\$

78,2 milhões, com amplo saldo favorável ao Brasil (US\$ 70,8 milhões).

Em 2023, o valor das exportações brasileiras para a República de Chipre alcançou US\$ 238 milhões, enquanto as importações situaram-se em US\$ 2,1 milhões (superávit de US\$ 235,9 milhões). Chipre ocupou o 82º lugar entre os mercados de destino das exportações brasileiras. Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus, representaram 60% das exportações (US\$ 142 milhões), seguidos pelos óleos combustíveis de petróleo ou de materiais betuminosos (exceto óleos brutos) com 32% (US\$ 76,9 milhões).

As importações brasileiras concentraram-se em máquinas não elétricas, ferramentas e aparelhos mecânicos e suas partes, que representaram 54% das vendas cipriotas para o mercado nacional (US\$ 1,16 milhão).

Brasil e a Questão Cipriota

A "Questão Cipriota" é o conflito entre as comunidades greco-cipriota e turco-cipriota, que se desenhou antes mesmo da independência e criação da República de Chipre, em 1960. Foi agravado pela invasão da Turquia, em 1974, e a posterior criação da "República Turca do Norte de Chipre", RTNC, em 1983. A RTNC, como país independente, é reconhecida apenas pela Turquia, que até os dias de hoje mantém entre 30 e 40 mil militares no território ocupado.

Na ausência de acordo político entre turcos e greco-cipriotas, mantém-se na ilha, desde 1964, a Força das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), cujo mandato, que vem sendo estendido desde então pela ONU, é supervisionar as linhas de cessar-fogo, manter “zona-tampão”, prestar assistência humanitária e apoiar os bons ofícios do Secretário-geral das Nações Unidas. A UNFICYP é atualmente a missão mais antiga da ONU. O efetivo da Força tem sido mantido em torno de 1.000 militares. Em 30/01/2024, o mandato da UNFICYP foi renovado pelo CSNU, com apoio unânime de todos os membros, até 31/01/2025.

A posição brasileira mantém como referência as resoluções do CSNU, cujos parâmetros básicos são o respeito à soberania, à integridade territorial e à independência de Chipre, favorecendo solução que estabeleça federação bizonal e bicomunal, em estado cipriota de soberania única, com

igualdade política.

O Brasil apoia o mandato da UNFICYP e possui, no momento, três militares participando da missão: um oficial da Aeronáutica está lotado no quartel general da UNFICYP, um oficial do Exército integra o batalhão argentino e um oficial da Polícia Militar de Santa Catarina participa da UNPOL (Força de Polícia das Nações Unidas).

Comunidade brasileira na República de Chipre

A comunidade brasileira em Chipre, estimada em cerca de 250 pessoas, é composta, em sua maioria, por atletas profissionais contratados por clubes locais e cidadãos brasileiros unidos a cipriotas por matrimônio. Nas últimas eleições presidenciais, 53 eleitores da jurisdição estavam aptos para votar.

Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de concessão de empréstimos e financiamentos oficiais a tomador soberano beneficiando Chipre.

POLÍTICA INTERNA

Chipre fez parte do Império Otomano até 1878, ano em que a Coroa britânica recebeu a ilha como concessão prevista em tratado internacional. O ressurgimento de um Estado grego no século XIX e a gradativa incorporação a seu território de regiões anteriormente sob jugo otomano, bem como a conquista da soberania por diversas colônias britânicas, criaram a expectativa de que a ilha pudesse se reunir à Grécia. A rejeição dos britânicos ao projeto levou os defensores da "ênosis" ("união") – o ideal de unificação política com a Grécia – a organizar-se em milícias e a praticar atos de violência para atingir seu objetivo.

A partir de 1955, ocorreram os primeiros episódios graves de enfrentamento e violência entre as comunidades greco-cipriotas e turco-cipriotas, as quais, até então, conviviam em relativa harmonia. As tensões

levaram a um início de aglutinação, em vilas e cidades, das respectivas comunidades. Em reação à doutrina greco-cipriota da "ênosis", os turco-cipriotas desenvolveram a ideia de "taksim", a partição do território da ilha. Uma das soluções imaginadas seria a dupla incorporação: uma parte do território seria cedida à Turquia e outra à Grécia, criando uma nova fronteira entre os dois países.

Ao reconhecer a inviabilidade de manter o controle pela via militar e temendo que as tensões evoluíssem para uma guerra civil entre as duas comunidades – o que poderia levar a uma guerra entre Turquia e Grécia –, o Reino Unido organizou diversos encontros e conferências para negociar condições para a independência da ilha e para a manutenção de bases militares britânicas no território cipriota. Dois anos após o início das tratativas, em 16 de agosto de 1960, a República de Chipre passou a existir oficialmente.

A Constituição do novo país procurou, sem sucesso, instituir complexo sistema de partilha de poder entre as duas comunidades, reservando para quase a totalidade dos órgãos públicos (inclusive o Gabinete Ministerial) 30% das vagas à comunidade turco-cipriota. O próprio Parlamento, composto por 80 membros, seria dividido nessas mesmas proporções e contaria, ainda, com três membros observadores de origem maronita, latina (católica) e armênia. Sob o pretexto de preservar essa ordem constitucional, em 1960, Reino Unido, Grécia e Turquia assinaram uma série de acordos que atribuíam aos três países, como “países-garantes”, o direito de intervir em Chipre caso houvesse ameaças internas ou internacionais à sua "soberania, integridade territorial e independência". O objetivo concreto desses tratados era impedir que o país se dividisse ou tivesse o território incorporado – total ou parcialmente – pela Grécia ou pela Turquia.

A partir de 1963, houve aumento da violência entre as duas comunidades, ambas insatisfeitas com os mecanismos constitucionais de partilha do poder. Os turco-cipriotas abdicaram dos postos a eles reservados legalmente (incluindo o de Vice-Presidente) e começaram a emigrar internamente, formando enclaves e completando o processo de aglutinação no espaço geográfico. A eclosão de choques em Nicósia levou à criação, em 1964, da Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).

A despeito de não contar com a chancela do Presidente da República, o Arcebispo Makarios III, o projeto de enosis continuava a ser acalentado por parte da comunidade greco-cipriota. A partir de 1974, a principal facção pela união com a Grécia, o EOKA-B, passou a ser controlada diretamente pela junta militar no poder em Atenas. Em 1974, com apoio grego, golpe militar destituiu o Presidente Makarios, que fugiu de Chipre. Após a instauração do novo Governo controlado por Atenas, houve sensível incremento na violência entre as duas comunidades. A perspectiva de declaração da unificação com a Grécia, somada aos atos de violência, levou a Turquia a invocar os tratados assinados com a Grécia e com o Reino Unido para invadir o país. A operação militar propiciou ao governo turco o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital. O sucesso da invasão levou à queda do governo provisório em Chipre e ao colapso da ditadura militar grega.

Em resposta, a ONU votou resoluções que instavam as partes a respeitar a soberania e a integridade do território cipriota. Makarios III foi chamado a negociar os termos de um cessar-fogo, mas, como nenhuma solução imediata foi encontrada, em agosto de 1974, a Turquia lançou uma segunda invasão militar, a qual estendeu seu controle a todo o norte da ilha (36% do território). Isso forçou cidadãos greco-cipriotas a abandonarem suas casas rumo ao sul e criou uma divisão *de facto* da ilha, que permanece basicamente a mesma nos dias atuais. Em 1983, a região norte da ilha declarou-se independente e reivindicou a denominação "República Turca do Norte de Chipre" ("RTNC"), que é reconhecida apenas pela Turquia.

A República de Chipre foi admitida na União Europeia em maio de 2004. No mesmo ano, depois de dois anos de negociações mediadas pela ONU, os líderes greco-cipriota e turco-cipriota chegaram a acordo para a reunificação política da ilha (o "Plano Annan"), que, aprovado maciçamente pela população do norte da ilha, em referendo realizado em 2004, foi rejeitado por 3/4 da comunidade greco-cipriota.

Chipre é uma República presidencialista regida, ainda hoje, pela Constituição de 1960 (que previa 30% de participação dos turco-cipriotas nos cargos públicos). O descumprimento das cláusulas de co-participação turcocipriota tem sido justificado, por Nicósia, com base na teoria do estado de necessidade.

Nos termos da Constituição, o Presidente da República exerce as

funções tanto de Chefe de Estado como de Chefe de Governo. O Presidente é eleito por sufrágio popular direto a cada cinco anos. Desde 1963, o posto de Vice-Presidente — constitucionalmente reservado a um turco-cipriota — permanece vago. O Conselho de Ministros é designado pelo Presidente.

O Poder Legislativo é exercido por Câmara de Representantes unicameral (*Vuli ton Antiprosópon* - Casa dos Representantes), composta, em teoria, por 80 integrantes eleitos para mandatos de cinco anos. Cinquenta e seis membros são greco-cipriotas. Os restantes 24 assentos, reservados aos turco-cipriotas, permanecem vagos desde 1963. Há três membros observadores, sem direito a voto, representantes das comunidades maronita, católica e armênia.

O Poder Judiciário é formado por uma Corte Suprema, com 13 juízes, indicados pelo Presidente da República, após recomendação dos juízes da Suprema Corte. Ademais, há cortes distritais, administrativas e especializadas, como a militar.

Atualmente, a política interna de Chipre se estrutura em função de três forças políticas de pesos aproximadamente equivalentes: a União Democrática (DISY), que agrega setores conservadores e a favor do livre mercado; o comunista Partido Progressista dos Trabalhadores (AKEL); e o Partido Democrata (DIKO), de tendência centrista e nacionalista.

Em 2013, Nicos Anastasiades (DISY), aliou-se ao Partido Democrata (DIKO) e vencer as eleições. Tendo o país experimentado, durante os anos 2012-2014, o surgimento de situações de pobreza e a necessidade de medidas assistenciais, com o aumento rápido do desemprego, Anastasiades consentiu com os termos de acordo com a “tróica” (UE, FMI e Banco Central Europeu) para empréstimo a Chipre, acordo este que se apresentava como única alternativa para a salvação do insolvente sistema bancário da ilha e para a cobertura do déficit fiscal. Ao contrário do que vinham sustentando publicamente Anastasiades e seu então ministro das Finanças, o pacote acordado previa a taxação dos depósitos bancários de correntistas e aplicadores nacionais e estrangeiros (“bail-in”). Dessa forma, ao longo de seus primeiros dois anos de mandato, Anastasiades conviveu com alta instabilidade política e com dificuldades de interlocução junto à União Europeia, mas logrou obter aprovação do Parlamento cipriota às duras condições para o empréstimo e conseguiu manter sob controle o déficit fiscal. Em 2018, Nicos Anastasiades foi

reeleito para novo mandato de 5 anos.

O atual governo, liderado Nikos Christodoulides, dissidente do DISY apoiado pelo DIKO, foi eleito em 2023 com 52% dos votos válidos, contra 48% de Andreas Mavroyiannis, apoiado pelo AKEL. O único candidato próprio do partido, Averof Neophytou, do então governista DISY, foi derrotado já no primeiro turno, contrariando as pesquisas eleitorais segundo as quais disputaria o segundo turno contra Christodoulides. Essas últimas eleições foram atípicas, uma vez que o líder do partido costuma ser lançado como candidato a presidente. Como Christodoulides, então do DISY, gozava de maior popularidade que o líder Averof Neophytou - que contava com o apoio do presidente Anastasiades e do partido em geral – resolveu romper a tradição e lançar-se candidato, para o que teve que abandonar o DISY e apresentar-se como candidato independente, apoiado pelo DIKO e por partidos menores. Já o AKEL, supostamente em razão das atribuições da gestão 2008-2013, preferiu apoiar a Mavroyiannis, ao invés de lançar candidato oriundo dos quadros do próprio partido.

As eleições de 2023 confirmaram a prevalência das três forças políticas tradicionais, DISY, DIKO e AKEL, em prejuízo dos partidos menores. A votação dessas três forças, no primeiro turno, superaram as previsões das pesquisas de opinião, enquanto a dos partidos menores ficaram aquém, devido à opção de última hora dos eleitores pelo voto útil.

Em seu pronunciamento anual à Nação, em fevereiro de 2024, o presidente Christodoulides enumerou mais de oitenta ações para 2024, divididas em sete áreas: melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, fortalecimento da economia, um futuro melhor, transição verde, modernização do Estado, parceria com a UE e reunificação de Chipre após o fim da ocupação.

POLÍTICA EXTERNA

A questão central da política externa de Chipre é a “Questão Cipriota”. A diplomacia do país é refém da necessidade essencial de lidar com a Turquia, país que, desde 1974, ocupa militarmente o norte de

Chipre. Nessa parte da ilha, a Turquia mantém sob virtual tutela, desde 1983, a autoproclamada República Turca do Norte de Chipre (RTNC), cuja independência foi considerada ilegal por Resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A Resolução 541 (1983), ao declarar "legally invalid" o ato de independência da RTNC, conclamou todos os países a não reconhecerem qualquer outro Estado cipriota que não fosse a República de Chipre. Os termos do referido documento de 1983 foram reiterados pela Resolução 550 (1984) do CSNU, em termos mais incisivos.

Por motivos intrinsecamente ligados a suas vulnerabilidades perante a Turquia, Nicosia procura, tradicionalmente, desenvolver uma política de grande proximidade com a UE, da qual é membro desde 2004, e com os países que ocupam assentos permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além desses países, Chipre mantém relações quase umbilicais com a Grécia, a pátria-mãe. A região do Levante – na qual Chipre ocupa posição central, de grande relevância geoestratégica – parecia estar de fora do elenco de prioridades da política externa cipriota. Essa evidente distorção começou a ser sanada quando Chipre e a Grécia conceberam um sistema de inserção comum no Oriente Médio. Nicosia e Atenas criaram um mecanismo de cúpulas envolvendo sete países do Mediterrâneo oriental, que funciona em formato trilateral. Nesse formato, os dois países helênicos (Chipre e Grécia) são elementos constantes; Egito, Israel, Jordânia, Líbano e Palestina são elementos variáveis.

As trilateralidades acima descritas passaram a ser o mecanismo preferencial da inserção de Chipre em seu entorno regional e se tornaram a vertente mais proativa da diplomacia cipriota. O germe desse tipo de iniciativa são os depósitos de gás natural existentes na parte oriental do Mediterrâneo. As cúpulas Chipre-Grécia-Egito e Chipre-Grécia-Israel, por exemplo, notabilizam-se por ambiciosos propósitos de integração energética. Não obstante, os assuntos políticos, de desenvolvimento regional e de segurança (crises na região, refugiados, terrorismo, questões europeias e multilaterais, meio-ambiente, etc) têm lugar de grande destaque nessas reuniões.

Em vista de sua localização estratégica, como país da União Europeia mais próximo ao Oriente Médio, e das relações fluidas mantidas com os principais atores regionais, Chipre é frequentemente empregado por países ocidentais como canal de retirada de nacionais de territórios em

conflito na região. O país cumpriu recentemente esse papel por ocasião dos ataques israelenses ao Líbano de outubro de 2024, quando cidadãos dos EUA, Canadá, França, Reino Unido e Austrália, entre outros, utilizaram a rota cipriota para deixar o território libanês.

No que se refere à América Latina, a presença diplomática de Chipre está sendo reconfigurada. A tradicional Embaixada no México está sendo fechada, ao mesmo tempo em que, em 2023, abriu-se Embaixada cipriota em Buenos Aires. Com a eliminação do eixo setentrional representado pelo México, a presença de Chipre na América Latina será conduzida, exclusivamente, a partir da América do Sul (Brasília e Buenos Aires).

A expressiva contribuição argentina à Força de Manutenção da Paz da ONU em Chipre (UNFICYP) é, declaradamente, um dos principais motivos da decisão de abrir Embaixada em Buenos Aires. Desde outubro de 1993, a Argentina mantém sob sua responsabilidade o Setor 1 da UNFICYP. Atualmente, estão em funções, no quartel argentino conhecido como Campo San Martín, 239 militares daquele país. Os interesses argentinos na ilha permanecem a cargo da Embaixada da Argentina em Tel Aviv.

A única Missão diplomática latinoamericana em Nicósia, além da brasileira, é a de Cuba. Sua presença no país é remanescente da época em que Chipre era membro destacado do Movimento dos Não-Alinhados (agrupamento bastante prestigiado pelo Arcebispo Makarios, primeiro Presidente da República de Chipre). Por motivo de seu ingresso na UE, Chipre foi instado a retirar-se do MNA.

Nas linhas gerais da política externa cipriota, o discurso religioso é utilizado de várias formas. Em geral, reforça o discurso da manutenção da identidade helênica e proximidade reverencial com a Grécia. Em outro aspecto, a afinidade com as demais comunidades ortodoxas cristãs frequentemente sustenta a defesa da aproximação política com países eslavos e balcânicos (cuja presença na população cipriota é relevante). A identidade religiosa cristã também é, por vezes, mobilizada para ressaltar o caráter europeu que seus defensores creem que deveria ser impresso na política externa do país, justificando uma posição próxima da democracia cristã continental.

Aos diversos aspectos tradicionais da disputa com a Turquia,

somou-se, desde 2011, desentendimento quanto à exploração de petróleo e gás natural na ilha. Por considerar que a área está em disputa, a Turquia nega o direito do Governo de Chipre de conceder autorização para a exploração de recursos energéticos na região, enquanto não houver acordo sobre repartição de benefícios. A origem do problema remonta ao mútuo entendimento – devidamente cristalizado no curso das conversações auspiciadas pela ONU, com vistas à reunificação de Chipre – segundo o qual os recursos naturais existentes em qualquer parte da ilha de Chipre e em seu entorno marítimo deve beneficiar tanto a comunidade greco-cipriota quanto a turco-cipriota.

As fronteiras marítimas de Chipre foram demarcadas por meio de acordos com o Egito, o Líbano e Israel. Com base nesses atos bilaterais, foram determinados os limites dos blocos de exploração de hidrocarbonetos na ZEE cipriota.

A Turquia, que não é parte da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, reclama vastas áreas marítimas do Mediterrâneo oriental que são internacionalmente reconhecidos como de soberania cipriota. As fronteiras marítimas de Chipre, tal como demarcadas nos termos dos acordos bilaterais mencionados, não são aceitas por Ancara. Em consequência, a Turquia considera nulos os contornos dos blocos de exploração de hidrocarbonetos aludidos.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia de Chipre, ilha mediterrânea estabelecida historicamente como entreposto comercial e portuário entre Europa, Ásia e África, caracteriza-se pela abertura, flexibilidade e pequena escala. O PIB cipriota alcançou, em 2023, EUR 32,19 bilhões, e sua população é de pouco mais de um milhão e 200 mil habitantes, o que resulta em sua classificação, pelo Banco Mundial, como país de renda elevada (PIB per capita: EUR 37.701,44 em 2023). A economia cipriota concentra-se no setor de serviços, tendo a indústria e a agricultura participação apenas residual na formação do PIB.

Chipre é estruturalmente dependente de importações e não possui

indústria exportadora de relevância, situação que leva a economia do país a obter sistemático saldo negativo em comércio exterior. Os fundamentos da economia cipriota são o "tripé" turismo, transportes marítimos e serviços financeiros. A oferta de serviços financeiros foi severamente prejudicada durante a crise econômica (2012-2013), que levou o país a recorrer a empréstimos emergenciais externos para salvar parte do setor bancário.

Antes da crise, Chipre apresentara bom desempenho econômico com taxas de crescimento razoáveis (5,1% em 2007; 3,6% em 2008), baixa inflação, baixo endividamento público e condições próximas à situação de pleno emprego. O bom desempenho, contudo, mascarava desequilíbrios estruturais da economia local, acentuados pelo contexto de crescente globalização econômica, entre os quais a baixa competitividade laboral e a expansão sem precedentes do setor bancário e de crédito, ambos submetidos a controles modestos.

A derrocada econômica de Chipre acelerou-se com a exposição do país à crise financeira da Grécia, em razão da expressiva quantidade de títulos públicos gregos em poder dos bancos cipriotas e da desaceleração das relações econômicas privilegiadas mantidas entre os dois países. Além disso, o envolvimento de bancos cipriotas em medidas de alívio da dívida na Grécia descapitalizou os bancos locais, retirando da economia cipriota cerca de 4,5 bilhões de euros, valor correspondente a 25% do PIB do país. Em 2013, a falta de liquidez e a crise de confiança na solvência dos bancos deixou o setor financeiro – e o país – em situação próxima ao colapso, quando a economia se retraiu em -6,6%.

O momento crucial da crise econômica em Chipre foi o primeiro semestre de 2013, que coincidiu com a eleição do presidente Nicos Anastasiades. No ápice da crise do crédito soberano por que passava a Zona do Euro, Chipre tornou-se o quinto membro da União Europeia a recorrer a um pacote de salvação financeira da denominada "troica" (Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional). O socorro financeiro ao país atraiu atenção internacional por ter sido o primeiro em que parte dos custos da salvação do setor bancário foi imposta aos próprios correntistas ("bail in").

A imposição dessa condição foi produto da desconfiança que líderes europeus, principalmente alemães, viam no setor bancário cipriota. À época, houve acusações de que o país abrigava depósitos de origem

irregular (especialmente da Rússia). O governo cipriota defendeu-se, afirmando que o país não era um "paraíso fiscal" – seu setor de serviços financeiros ofereceria um "regime de taxação favorável", como o fazem outros países da UE –, e aceitou abrir as instituições à auditoria, para comprovar o respeito aos requisitos internacionais. Naquele contexto, os dois maiores bancos então existentes em Chipre, o Nacional ("Laiki") e o Banco de Chipre, sofreram uma incorporação sob o nome do último.

O acordo de assistência, por meio do Mecanismo de Estabilização Europeia e do FMI, resultou na injeção de 10 bilhões de euros na economia do país. Desde então, o país deu início à execução de uma agenda de reformas estruturais como contrapartida à ajuda financeira, quais sejam: (1) reforma do setor financeiro, com a adoção de maior controle regulatório, mecanismos de supervisão do setor de crédito e adoção de medidas de transparência/accountability; (2) consolidação e recuperação da situação fiscal do país; (3) reformas do sistema de seguridade social, da administração pública e do planejamento fiscal/orçamentário. Entre os desafios para a implementação do acordo e a plena recuperação econômica do país estão o elevado nível de créditos não produtivos (NPL) e a dificuldade de transferir para o lado real da economia a liquidez injetada nos bancos. Sucessivas missões da "tróica" visitaram o país, ao longo dos últimos anos, para verificar o cumprimento das condições para o empréstimo, período em que o setor bancário registrou elevação de liquidez e solvência.

Contrariando as expectativas, nos últimos anos tem havido aumento do fluxo de depósitos. Uma das condições para a liberação de parcelas do total de 10 bilhões de euros era a aprovação de legislação que facilitasse a execução judicial de dívidas pelos bancos. A lei foi aprovada no final de 2015, mas a percentagem de devedores em mora ("non-performing loans") ainda é elevada.

Apesar das reformas, a recuperação econômica ocorreu lentamente, tendo Chipre voltado a registrar crescimento apenas em 2015 (3,4%). A partir de então, os indicadores mostram que a economia do país segue em trajetória crescente (2016, 6,6%; 2017, 5,7%; 2018, 5,6%; 2019, 5,5%, segundo dados do FMI) com exceção do ano de 2020 em que a economia apresentou retração de 3,4% devido aos efeitos da pandemia de COVID-19. O desemprego tem diminuído progressivamente, de cerca de

16% em 2012-13 para 5,3%, em 2024.

Além de aperfeiçoar cadeias produtivas associadas a atividades tradicionais na economia local – serviços marítimos/portuários, serviços financeiros, turismo, exportação de gêneros alimentícios – o Governo cipriota busca consolidar cadeias em segmentos "não-tradicionais", como a prestação de serviços em saúde, educação superior e pesquisa tecnológica.

A descoberta de consideráveis reservas de gás na Zona Econômica Exclusiva de Chipre acentuou o otimismo do Governo de Chipre em relação à trajetória de recuperação econômica. A ilha mediterrânea teria agora a perspectiva de se tornar autossuficiente na produção de gás para suprir suas necessidades energéticas e passar de país dependente da importação de hidrocarbonetos a país exportador de tais recursos.

Embora a produção agrícola seja importante do ponto de vista social e os produtos tenham excelente qualidade, além de suprir, em função do clima, o mercado europeu com alimentos de origem subtropical e tropical, o setor encontra seus limites na pequena área agricultável do país (partes da planície central) e na escassez de água. Possível expansão da produção industrial, além de enfrentar a conjuntura de insuficiência de crédito, esbarra no custo da energia elétrica, um dos mais elevados da Europa.

Destaca-se que eventual solução para a Questão Cipriota representaria notável impulso para a tendência de crescimento econômico do país. Os principais benefícios adviriam da abertura ao mercado turco, da maior disponibilidade de recursos hídricos e de derivados de petróleo e gás, com conseqüente barateamento da energia, além da prevista entrada maciça de recursos para reconstrução de extensas áreas urbanas, atualmente desabitadas.

No contexto dos impactos econômicos provocados pela COVID-19, o caminho sólido de crescimento foi fortemente afetado, em 2020, mas mostrou sinais de recuperação em 2021: apesar das medidas de restrição, no início do ano, o PIB real aumentou 2% em relação ao último trimestre de 2020.

Dados divulgados pela Comissão Europeia para Chipre em 2023 assinalam que, após um crescimento de 5,1% em 2022, a atividade econômica aumentou apenas 2,2% no ano de 2023, dados o contexto de

contínua incerteza econômica a nível mundial e o aumento das taxas de juros. Indica que deverá ocorrer recuperação em 2024 e 2025, com maior estabilidade e previsibilidade da economia internacional.

O relatório da Comissão Europeia estimou que a atividade econômica teria um crescimento de 2,6% e de 2,9% em 2024 e 2025 respectivamente. As medidas tomadas pelo governo para conter a inflação, juntamente com o aumento parcial da indexação salarial automática, deverão continuar a fomentar o crescimento da demanda, embora a um ritmo mais lento. O aumento das taxas de juros deverá atenuar a procura de imóveis residenciais, enquanto os investimentos estrangeiros e a implementação do Plano de Recuperação e Resiliência anunciado pelo governo deverão impulsionar os gastos em infraestrutura, principalmente com o esforço de promover as transições ecológica e digital, bem como os investimentos em saúde e educação.

Previu-se, no entanto, uma estabilização na entrada de recursos com o turismo e outros serviços orientados para a exportação, em seguida ao retorno aos níveis de crescimento pré-pandemia, devido ao menor crescimento dos parceiros comerciais de Chipre.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

1400 A.C.	Colonização de Chipre por povos de origem grega, e posterior dominação por persas, egípcios, romanos, bizantinos e árabes.
1191	Chipre é conquistado pelo monarca inglês Ricardo Coração de Leão, no impulso das cruzadas cristãs pelas "terras santas".
1192	Chipre é governado pelo aristocrata francês Guy de Lusignan, que havia sido derrotado em batalha por Jerusalém.
1489	Fim da dinastia dos francos e início do governo de Chipre por mercadores de Veneza.
1571	Chipre é conquistado pelo Império Otomano.
1878	A Coroa britânica, aproveitando-se do enfraquecimento do Império Otomano após duas guerras contra a Rússia, recebe a ilha de Chipre como concessão prevista em tratado internacional.
1931	Levante contra a dominação britânica e a favor da unificação política de Chipre e Grécia (ideal da "ênosis") inicia período de tensões contra o domínio britânico.
1955	Ocorrem os primeiros episódios graves de enfrentamento e violência entre as comunidades greco- e turco-cipriotas. Intensificam-se ações de sabotagem e violência do movimento nacionalista helênico "EOKA", liderado pelo militar Giorgios Grivas e formado por militantes em favor da incorporação à Grécia. Inicia-se processo de aglutinação, em vilas e cidades, das comunidades cipriotas.
1958	Reino Unido realiza encontros e conferências com representantes das comunidades cipriotas, além de autoridades da Grécia e da Turquia, para negociar condições para a independência da ilha e a manutenção de bases militares britânicas em seu território.
1960	Assinados o Tratado de Estabelecimento da República de Chipre e o Tratado de Garantia (16 de agosto), instrumentos que reconhecem a independência de Chipre. Makarios III (Michalis Mouskos), arcebispo e chefe da Igreja Ortodoxa em Chipre, assume o governo.
1963	Aumento da violência entre as comunidades cipriotas, ambas insatisfeitas com os mecanismos de partilha do poder instituídos pela Constituição. Os turco-cipriotas abdicam dos postos a eles reservados legalmente (entre eles o de Vice-Presidente) e começaram a emigrar internamente, formando enclaves.
1964	A eclosão de choques em Nicósia leva à criação da Força das Nações Unidas para Manutenção da Paz em Chipre (UNFICYP).
1974 (julho)	Com a morte de Grivas, o EOKA-B passa a ser controlado pelo líder da Junta Militar que governava a Grécia desde 1967, que comanda invasão e golpe de Estado em Chipre. A Turquia, invocando os termos do Tratado de Garantia de 1960, invade a ilha e assume o controle sobre uma faixa de território entre o litoral norte do país e a capital Nicósia. O sucesso da invasão leva à queda do governo provisório em Chipre e também ao colapso da ditadura militar grega.
1974 (agosto)	A Turquia conduz segunda invasão à ilha de Chipre e estende seu controle a todo o norte da ilha (36% do território), forçando cidadãos greco-cipriotas a

	abandonar suas casas rumo ao sul e criando divisão "de fato" da ilha ("Questão Cipriota").
1977	Makarios III é sucedido por Spyros Kyprianou (1977-1988), do partido centrista DIKO.
1983	A região norte da ilha declara-se independente e se autoproclama "República Turca do Norte de Chipre" ("RTNC"). A independência da região é reconhecida apenas pela Turquia. O Conselho de Segurança das Nações Unidas torna a autoproclamada "RTNC" ilegal por meio da Resolução 541 (1983).
2004 (abril)	Após dois anos de negociação mediada pelas Nações Unidas, o "Plano Annan" de reunificação da ilha é rejeitado em referendo popular por 3/4 da comunidade greco-cipriota, apesar de maciçamente aprovado pela comunidade turco-cipriota.
2004 (maio)	A República de Chipre é admitida na União Europeia.
2008	Governo de Dimitris Christófiás (2008-2013), do partido de esquerda AKEL.
2012-2013	Forte crise econômico-financeira em Chipre.
2013	Eleito à Presidência da República Nicos Anastasiades do partido liberal-conservado DISY.
2013	O governo de Anastasiades consente com os termos de acordo para empréstimo financiado pela UE, o FMI e o Banco Central Europeu. O acordo prevê a taxação dos depósitos bancários de correntistas e aplicadores nacionais e estrangeiros.
2015	A comunidade turco-cipriota elege como "líder" Mustafa Akinci, político experiente e tradicional defensor da reunificação de Chipre.
2017	Após duas edições, em Genebra (janeiro) e em Crans-Montana (junho-julho), Suíça, fracassa a Conferência Internacional sobre Chipre, organizada pelas Nações Unidas e com empenho pessoal do SGNU Antonio Guterres.
2018 (fev)	Nicos Anastasiades é reeleito Presidente da República para novo mandato de 5 anos.
2018 (fev)	Navios da Marinha turca impedem passagem de navio de perfuração a serviço da petrolífera italiana ENI na ZEE de Chipre.
2020	Ersin Tatar, líder radical contra a reunificação de Chipre e defensor da "igualdade soberana" (dois estados) é eleito "presidente" da RTNC.
2023	Nikos Christodoulides, dissidente do DISY, é eleito presidente da República de Chipre, com apoio do DIKO e de partidos menores.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1966	Estabelecimento de relações diplomáticas. A Embaixada do Brasil em Tel Aviv (Israel) e a Embaixada de Chipre em Lisboa (Portugal) passam a ser cumulativamente responsáveis pelo relacionamento bilateral
1972	Abertura de Consulado-Honorário do Brasil em Nicósia
2004	Petrobrás firma contrato para fornecimento de óleo para geração de

	energia em Chipre, o que leva a incremento considerável do volume de comércio bilateral
2005	Visita a Chipre do Ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan
2006	Vôo de demonstração do EMBRAER 190 em Chipre
2009	Visita ao Brasil do Chanceler de Chipre, Markos Kyprianou
2009	Abertura da Embaixada de Chipre em Brasília
2010	Abertura da Embaixada do Brasil em Nicósia